

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.790 - SP (2019/0117785-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : STECK INDÚSTRIA ELÉTRICA LTDA
ADVOGADOS : SANDRA NEVES LIMA DOS SANTOS - SP238717
JOÃO JOAQUIM MARTINELLI - SP175215
FERNANDA ANSELMO TARSITANO - SP276035
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AUSÊNCIA E IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA DO FUNDAMENTO RELATIVO À APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo manejado por STECK INDÚSTRIA ELÉTRICA LTDA em face de decisão que negou admissibilidade ao recurso especial em razão da ausência de ofensa ao art. 1.022 do CPC e, no mérito, por entender que o acórdão recorrido se manifestou no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte.

A agravante insurge-se contra a decisão agravada reiterando a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC e sustentando a possibilidade e exame infraconstitucional da matéria pelo STJ no sentido de reconhecer a ilegalidade da contribuição adicional de 1% de Cofins-Importação criado pela Lei nº 12.715/2012 e alterado pela Lei 13.137/2015, em razão da vedação ao aproveitamento do crédito. Reitera, também, a alegação de ofensa aos arts. 30, 90, I e 97, I a IV, todos do Código Tributário Nacional, art. 15 da Lei no 10.865/04, art. 30 da Lei no 10.833/03 e art. 15, §10-A, da Lei no 13.137/15. Aduz, outrossim, ofensa ao GATT, no que tange à cláusula de tratamento nacional e ao tratamento desigual entre contribuintes.

Requer o conhecimento e o provimento do agravo para que seja analisado o recurso especial.

Contrarrazões às fls. 462-469 e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

A irresignação não merece conhecimento.

A decisão agravada negou admissibilidade ao recurso especial, dentre outros fundamentos, em razão da aplicação da Súmula nº 83 do STJ porque a jurisprudência desta Corte estaria firmada no sentido do acórdão recorrido.

Da análise da petição de agravo verifica-se que a agravante não impugnou, de forma específica, o fundamento da decisão agravada relativo à conformidade entre o

acórdão recorrido e a jurisprudência do STJ.

É cediço nesta Corte que a impugnação ao fundamento do juízo negativo de admissibilidade recursal que aplica a jurisprudência do STJ pressupõe a demonstração através de precedentes atuais de que a jurisprudência desta Corte não estaria no mesmo sentido do acórdão recorrido, ou que o caso dos autos seria distinto daqueles veiculados nos precedentes através de *distinguishing*, o que não ocorreu na hipótese.

Dessa forma, não é possível conhecer do presente agravo, tendo em vista a incidência do teor do art. 932, III, do CPC/2015, *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator:

I - dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes;

II - apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal;

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

Ressalte-se, também, que o caso atrai a aplicação, por analogia, da Súmula nº 182 do STJ, *in verbis*: "*É inviável o agravo do artigo 545 do Código de Processo Civil que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada*".

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator